ESTUDO SOBRE CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PREVENIR E PUNIR A TORTURA)

Autor(res)

Catarina Ribeiro Franco
Edmilson De Santaana

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE OSASCO

Resumo

A abordagem sobre o tratado Convenção Interamericana Para Prevenir e Punir a Tortura, tem como objetivo o estudo da hierarquia normativa do mesmo em nosso ordenamento jurídico, bem como o reconhecimento do tratado internacional que versa sobre direitos humanos, como parâmetro para o controle da constitucionalidade sob a perspectiva do atual estágio do Direito Constitucional que interage com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. A responsabilidade primária quanto à proteção dos direitos humanos é dos Estados, que, em prol desses direitos e da dignidade humana, devem buscar meios que aprimorem a proteção em âmbito interno. Os tratados internacionais de direitos humanos, livremente ratificados pelos Estados, além de sustentarem normativamente ao sistema internacional de proteção, trazem o compromisso de adequação do ordenamento jurídico interno com os ditames internacionais. No Brasil, a exemplo de outros Estados, os direitos decorrentes desses instrumentos, quando incorporados ao ordenamento interno, são recepcionados pela Constituição, integrando-a para além de seu texto. Isso é assim por determinação da própria Constituição, não havendo qualquer impedimento na sua rigidez, pois, além da formalidade do processo de elaboração dos tratados internacionais de direitos humanos, protegendo-os de alteração por parte do legislador, a introdução desses instrumentos em nosso ordenamento não possui a intenção de alterar o texto constitucional. Os direitos oriundos dos tratados internacionais causam impacto positivo no ordenamento jurídico interno e devem ser considerados na interpretação da Constituição, já que reafirmam e reforçam seus ditames. Portanto, são parâmetros para o controle da constitucionalidade. Para o caso de eventual conflito, deve prevalecer a norma mais favorável, esteja ela presente na Constituição ou nos tratados internacionais. É certo afirmar, enfim, que os tratados internacionais de direitos humanos, à exemplo do tratado intitulado Convenção Interamericana Para Prevenir e Punir a Tortura, na posição de parâmetros para o controle da constitucionalidade, são plenamente acolhidos na sistemática já existente.

Graduando do 10º semestre do curso de direito da Universidade Anhanguera Osasco, inscrito na disciplina de Direitos Humanos, sob orientação da Profa. Ms. Catarina Ribeiro Franco